



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER FAVORÁVEL Nº 2235/2022  
REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 1183/2022  
RELATOR: DOMINGOS PROTETOR

Ementa: INSTITUI NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA", CONFORME DETERMINA O ART. 26-A DA LEI FEDERAL Nº 9.394/1996 (LNDDB).

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei (Processo n.º 1183/2022), apresentado pelo nobre Vereador Yuri Moura, que "institui no currículo oficial da Rede Municipal de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", conforme determina o art.26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996 (LNDDB)".

O referido Projeto de Lei foi protocolizado em 21 de fevereiro de 2022 e encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em 26 de abril de 2022, para a verificação de sua constitucionalidade e legalidade, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o breve relatório. Passa-se a opinar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO:**

O presente Projeto de Lei tem por fim instituir no currículo oficial da Rede Municipal de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme determina o art.26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996 (LNDDB)".

O Autor do referido Projeto de Lei justifica que:

*"(...) este Vereador, atento às diversas reclamações do descumprimento de temáticas obrigatórias da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LNDDB), apresenta o presente Projeto de Lei como forma de garantir que a "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" façam parte do currículo escolar dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e privadas do Município de Petrópolis (...)."*

De início, há de se ter em conta que a matéria objeto da proposição legislativa em comento encontra-se entre aquelas de iniciativa parlamentar, razão pela qual, nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Município de Petrópolis (Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 025, de 10/10/2012), não há qualquer óbice à sua tramitação.

Outrossim, enfatize-se que o Projeto de Lei em análise, não interfere na estrutura e organização da Administração Pública Municipal, não esbarrando, de modo algum, nas matérias de iniciativa reservada do Prefeito Municipal, previstas no art. 60, inciso I a IV e art. 78, inciso XXXVII, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis.

Petrópolis. Assim, **não há que se falar em vício formal de constitucionalidade, devendo esta proposição seguir seu trâmite normalmente.**

Em segundo, da leitura conjugada do art. 24, inciso IX com o art. 30, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), depreende-se que todos os entes da Federação Brasileira, concorrentemente, são competentes para legislar sobre educação, dispondo a União sobre normas gerais e os demais entes suplementando-as naquilo que lhes é de interesse próprio e que não as contrarie. Confira-se abaixo:

**“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

(...)

**IX - educação**, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.” (grifo nosso)

**“Art. 30. Compete aos Municípios:**

(...)

**II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)**” (grifo nosso)

Ademais, cumpre observar que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e art. 16, § 3.º, respectivamente:

**“Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

(...)”

**“Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população:**

(...)

**§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual. (...)”**

Neste sentido, note-se que a Lei Federal n.º 9.394/1996 (LNDDB), que dispõe sobre as diretrizes e bases nacionais da educação, estabelecendo norma geral sobre o ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas, assim preceitua em seu art. 26-A:

*“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.*

*§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.*

*§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”*

Repare-se, portanto, que o Projeto de Lei em análise, obedecendo aos comandos constitucionais mencionados (24, IX c/c 30, II), reforça a aplicação da LDB (arts. 1.ª a 4.ª) pelo Município de Petrópolis, além de complementar a supracitada Lei Federal (art.5.º), em nada contrariando-a. Vejam-se os artigos referidos da proposição legislativa em comento:

*“Art. 4.º Ante a disposição do art. 26, §4.º, da LNDDB, no ensino da História do Brasil deverá se levar em conta as contribuições, para além da matriz européia, das matrizes indígenas e africana considerando-se as suas expressões culturais, religiosas e étnicas para a formação do povo brasileiro”.*

*“Art. 5.º As escolas particulares deverão incentivar a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana”.* (grifo nosso)

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Observe-se também que o Projeto de Lei em comento está em perfeita consonância com o art. 3.º, inciso IV, da Carta Magna, que prevê como um dos objetivos da República Federativa do Brasil: **“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”**

Também não pode passar despercebido que é dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como a cultura de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Confira-se o que preceitua o art. 215, § 1.º, da CRFB/1988:

*“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

*§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (...)”*

Neste sentido, louvável a preocupação do ilustre Vereador Yuri Moura em propor Projeto de Lei que institui no currículo oficial da Rede Municipal de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, conforme determina o art.26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996 (LNDDB)”, visto que, em suas palavras:

*“(...) o objetivo fundamental deste projeto é garantir a aplicação da LNDDB em Petrópolis, garantindo-se que a rede municipal de ensino conte com um conteúdo programático representativo dos diversos povos que contribuíram para a formação do povo brasileiro. (...)”*

Portanto, estando a proposição legislativa em tela, do nobre Vereador Yuri Moura, em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Petrópolis e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará a esta cidade, **opina-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1183/2022.**

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos termos do art. 35, I, a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação **do Projeto de Lei nº 1183/2022.**

Sala das Comissões em 13 de Maio de 2022



FRED PROCÓPIO  
Presidente



DOMINGOS PROTETOR  
Vogal

  
YURI MOURA  
Vogal